

e equacionamento da condição humana. Não se quer substituir as noções românticas, messiânicas e salvacionistas do comunismo de Marx e dos vários marxismos por sucedâneos igualmente utópicos. A *estratégia do controle* pretende retomar o humanismo radical e as possibilidades transformadoras abertas pela noção de práxis fundada por Marx.

Neste contexto, *sociedade inteligente* refere o estatuto e a qualidade das relações que se deseja estabelecer a partir da *estratégia do controle*. Capacitação para a produção de *consciência excedente* é um dos requisitos da *sociedade inteligente*, bem como requalificação da sociedade, como condição de politização do equacionamento de suas demandas e das suas relações com o Estado e como base para a estruturação de um Estado dotado de crescente transparência, no sentido de se deixar informar pelo conteúdo ético da sociedade.

Sociedade inteligente é uma resposta para a reestruturação desta agência reguladora e qualificadora das relações e práticas sociais, que é o Estado, que está esgotando as funções que lhe foram atribuídas pela Era Moderna. *Sociedade inteligente* é a capacitação da sociedade necessária para o enfrentamento dos dilemas da contemporaneidade.

O mundo moderno alcança sua plenitude com o confronto de duas razões negativas - marxismo e liberalismo - que se definem, respectivamente, como negação do *status quo* e como negação da possibilidade ou da necessidade de alteração do *status quo*. A meta de salvar o mundo em nome de uma determinada Razão leva ao paroxismo o dogmatismo e a vocação autoritária gestada no interior do mundo moderno, com a possibilidade do exterminismo e do fim da própria civilização com os arsenais nucleares. *TRAMONQUILA 9225*.

Quatro décadas e meia de {Paz do Terror}, entretanto, foram o corolário de um processo que inicia com duas guerras centrais que tornam o século XX uma época particularmente hostil a possibilidades humanizadoras, justamente porque é neste século que o gênero humano efetivamente se constitui uma realidade planetária e os meios se desenvolvem e se hipertrofiam com uma intensidade e uma velocidade jamais vistas. A aceleração do ciclo da práxis dissemina cada vez mais estranheza e perda de controle do que é produzido pelo homem.

No século XX viveu-se uma época de crescente dificuldade para a produção de uma racionalização global do mundo. Parece ter-se perdido a "vocação clássica" de pensar o mundo globalmente, como se chegou ao clímax no século XIX. O pensamento dominante, impelido pelas duas razões negativas, pensa a realidade e os meios, fundamentalmente, de forma operativa, isto é, a partir da utilidade que podem ter no combate ao inimigo. A negatividade é o padrão cultural gerado sobretudo pela {Paz do Terror}.

É neste contexto de esterilização do pensamento que se desenvolvem inteligência e comunicação como dois elementos críticos para a elevação do grau de subjetivação da realidade correspondente à aceleração da práxis. Isto é, o homem interfere de forma muito mais intensa e abrangente sobre a natureza e sobre as relações dos homens entre si, graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Apesar da visibilidade dos sistemas de comunicação de massa estes são pensados, de um modo geral, como meros desdobramentos ou extensões dos meios já existentes. Graças a uma lógica dissolvente que predomina, percebe-se a radicalidade das transformações provocadas pelos meios mais empiricamente do que através de uma reflexão em profundidade da filosofia e das ciências sociais. Os meios eletrônicos e audiovisuais são assimilados mais como uma continuação, em outras bases técnicas, da imprensa escrita, do que pela sua capacidade de gerar realidades inteiramente novas.

A natureza discreta e mesmo subterrânea dos meios voltados para a produção de inteligência dificultam sobremaneira a percepção da sua importância. Mesmo no contexto de uma lógica de mercado que se impõe cada vez mais intensamente e de vertentes de pensamento obcecados pela imposição salvacionistas das Razões em choque, é necessário organizar a produção e a reprodução do ciclo da práxis. Isto é, a produção de inteligência - tanto no interior do Estado, como das corporações privadas - passa a ser uma necessidade imperiosa para fazer frente a

7 2011-11-32 04:10

Via o Tempo

uma realidade humana cada vez mais complexa e dinâmica. A necessidade de meios de produção de inteligência, assim, vão muito além das práticas de espionagem, produção de informações, prospecção e elaboração estratégica. Os serviços de inteligência impõem-se, neste contexto, como verdadeiras agências especializadas na mediação da subjetividade, no sentido ontológico da expressão. Ou seja, os serviços de inteligência são responsáveis pela produção da subjetividade - atribuição de sentido e finalidade às ações humanas, expressão da formação de intenções, vontades, e valores - que dota as relações e as práticas sociais de um mínimo de racionalidade para que estas sejam operacionais. Como instrumentos da Razão, pensando e impulsionando as práticas de forma operativa, esta produção de subjetividade acaba tendo como única finalidade a manutenção do *status quo* e não a humanização da realidade.

Comunicação e inteligência são expressões do grau crescente de subjetivação da práxis humana, exercendo determinações sobre todas as esferas da existência humana e que não tiveram sua importância suficientemente valorizadas, em boa parte graças à esterilização do pensamento produzido pelo autoritarismo e pela lógica dissolvente instalados neste século pelas Razões negativas.

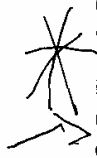
ORA (TUDO O ATUAL)

A complexidade e a velocidade com que tudo acontece, fazendo tudo extremamente fugaz e transitório, certamente é um dos fatos que dificultam esta análise. Mas com certeza os mecanismos de controle da subjetividade - das suas versões grosseiras da censura e da repressão direta, até os sofisticados mecanismos de manipulação da informação e de produção de consenso passivo - imobilizam as energias espirituais, enquadram a capacidade criadora e fazem regredir a capacidade crítica.

O chamado "pós-modernismo" se insurge contra o autoritarismo da Razão mas, ^{LEVA} com sua lógica dissolvente e negativa levada ao paroxismo, está longe de fazer um acerto de contas com o moderno. Na verdade, parece traduzir mais o esgotamento do moderno do que uma elaboração com alcance suficiente para produzir uma compreensão sobre a contemporaneidade.

FIATO

DIVA K... ..



Em contrapartida à dissolvença, opomos a concepção de uma {sociedade inteligente}, que é uma nova relação entre *sociedade política* e *sociedade civil* ou, tornando mais contemporâneo o enfoque, uma nova relação entre o Estado, o setor privado e os setores organizados da sociedade. Para isto, é necessário que este setores organizados da sociedade se capacitem para fazer aquilo que o Estado e as corporações privadas já fazem: saber lidar com informação, prospecção, desenvolver capacidade de antecipação e planejamento estratégico. *Sociedade inteligente* é a sociedade que se organiza qualificar as relações entre os seus segmentos e o Estado, de modo que se redistribuam responsabilidades, se estabeleça um processo de direção coletiva sobre os assuntos públicos, numa condição de multilateralidade dos equacionamentos no qual o Estado seja, legitimamente, dotado de um conteúdo e ~~modos~~ as partes se transformem em sujeitos ativos. Com isto se supera uma visão negativa do Estado, afirmando-se, concretamente, uma nova institucionalidade, na qual o Estado não tenha uma legitimidade afirmada à priori, independente das suas políticas. Deixando de pensar o Estado como "o lugar do público" ou como "o representante do público", ou ainda a "encarnação da universalidade", é possível conferir legitimidade e eficiência às suas funções de agência reguladora e qualificadora das relações e práticas sociais. Mesmo sendo a grande agência reguladora e qualificadora que é, o Estado deve ser pensado como parte com funções altamente especializadas mas que, para cumprir suas funções, não pode se identificar plenamente com nenhuma das demais.

Sociedade inteligente é a consecução do esforço de capacitação para o controle dos meios produzidos pelo homem. *Sociedade inteligente* é o empenho de produção de *consciência excedente* e substituição da espontaneidade das relações pela busca de consecução de finalidades humanas nas relações e práticas sociais. No plano da comunicação, é tarefa da sociedade inteligente criar condições para que os meios de comunicação se orientem por um projeto para o país, por uma noção de cidadania e de dignidade humana.

Objetivos Estratégicos

1. Estimulo à existência e à atuação de instituições da sociedade civil voltadas para o estudo teórico e político da problemática da comunicação no Brasil e no mundo.

2. Mobilização das instituições de ensino superior, públicas e privadas, orientadas para objetivos de pesquisa e elaboração acadêmica sobre questões de interesse público sobre comunicação de massa.

3. Organização de eventos que estimulem o debate acadêmico e público de questões e temáticas referentes à comunicação de massa.

EIXO 2

INSTITUIÇÃO DO CONTROLE PÚBLICO, BASE DE NOVAS RELAÇÕES

CONTROLE PÚBLICO: NOVAS INSTITUIÇÕES E REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO, O SETOR PRIVADO E A SOCIEDADE CIVIL

Enfoque do problema

O desenvolvimento de meios voltados para a produção de inteligência - sistemas de informação, capacidade de análise, prospecção de antecipação de possibilidades - mesmo utilizados com finalidades meramente operativas e de manutenção do *status quo*, reflete a tendência crescente de subjetivação da práxis. Num mundo onde a espontaneidade e a coisificação são decorrências quase inevitáveis, diante da velocidade e da intensidade com que tudo acontece, a orientação do desenvolvimento dos fatos com sentido humanizador necessita um esforço consistente e especializado. Num mundo onde os meios hipertrofiados (tanto meios materiais, como as instituições) fogem ao controle humano e coisificam suas relações, a produção da *consciência excedente*, como resposta à *excedência dos meios*, necessita um grande esforço de superação de condicionamentos e determinações.

Inteligência, tal como aqui estamos definindo, pode ser entendida como um esforço para superar a busca do mais fácil em detrimento do mais humano. Isto exige uma apropriação inteligente do mundo com a finalidade de buscar o controle da inevitável excedência dos meios em relação aos fins, ainda que de forma precária, contraditória e provisória.

A ação estratégica voltada para o controle dos meios é a expressão de uma atitude *revolucionária* de luta permanente pela humanização e afirmação do papel da consciência no ciclo da práxis, capaz de criar realidades novas, mesmo aquelas não contidas nem como potência. A concepção de uma *estratégia do controle*, assim, supõe a construção de mediações orgânicas capazes de permitir uma apropriação consistente do mundo e o estabelecimento de novas relações sociais.

Usamos aqui a expressão *revolucionária* na acepção que este termo pode ter numa *filosofia da práxis*, que é a capacidade da consciência fundar novas realidade. Este é o sentido atual que atribuímos para revolução: o exercício da capacidade de arrancar da objetividade desígnios que não estão contidos nem como potência, afirmando o primado das finalidades humanas.

Estratégia do controle é o planejamento da ação voltada para o equacionamento da condução humana diante dos meios. É o instrumento que pode dotar a já referida *sociedade inteligente* de capacidade para qualificar as relações entre a multiplicidade dos seus sujeitos - entre estes, o Estado - e perseguir resultados na busca de adequação dos meios às finalidades humanas.

Tal como aqui está sendo definido, *controle* é um objetivo abstrato, antes de tudo é uma atitude mental que busca o estabelecimento - no que se refere às relações sociais - da correspondência entre as instituições e o conteúdo da representação que estas pretendem exercer, procurando permanentemente estabelecer um nexó entre fenômeno e essência, entre forma e conteúdo. Pois, na medida em que prevalecer forma em detrimento do conteúdo, caso as instituições percam a sua recorrência, caso estas não sejam permanentemente repactuadas, caso se tente aprisionar a dinâmica da sociedade humana a uma mera codificação, as instituições e as relações se ossificam, ficam fetichizadas e reificadas.

Neste sentido, *controle* é uma qualidade que se quer imprimir às relações no interior da realidade humanizada. Não é o poder que se atribui a um conjunto de indivíduos ou a uma determinada entidade - o que tornaria legítima a pergunta "quem controla os controladores?" - mas uma relação multilateral, na qual todos os sujeitos se reconhecem como partes e se influenciam mutuamente, na medida das suas forças. Afinal, as instituições que tornam a diversidade representada são, também, instrumentos permanentes para aferição da correlação de forças.

O *controle*, deste modo entendido, é algo muito mais indireto do que direto. Não pode ser absoluto, formal, normativo ou autoritário. *Controle* deve ser entendido como relação política, isto é, como possibilidade de trânsito de essências, de persuasão, de estabelecimento de hegemonia e de *consenso entre diferentes*, ou seja, de busca do resíduo de unanimidade que pode ser obtido mesmo entre vontades contraditórias ou antagônicas.

Estratégia do controle, deste modo, insere-se numa perspectiva estratégica de transformação revolucionária e não apenas tática. Não é uma resposta a uma situação desfavorável na correlação de forças ou uma atitude defensiva diante de oponentes poderosos. É uma resposta que pretende ir muito além do *conselhismo* que visa enfraquecer uma fonte de poder, ou de um *sovietismo* que procura partilhar o poder pela fragmentação deste poder. Trata-se de uma iniciativa empenhada na construção de novas possibilidades para o trânsito da política a partir de novas relações, afirmadas a partir de uma democratização substantiva e pela pluralidade como fonte de geração de potência para o país.

Desenvolvimento da *sociedade inteligente* e da capacidade de planejamento estratégico são elementos indissociáveis da *estratégia de controle* e da esfera pública que se pretende construir. *Controle público* é o meio de estabelecimento da direção coletiva sobre os assuntos e os negócios públicos. A dimensão do público, assim, é um fim e é um meio, é um objetivo a ser atingido, mas também é uma qualidade das relações que se estabelecem. *Público*, assim, distingue-se profundamente de estatal. Isto é, o público não tem um lugar - e, com muita ênfase, insistimos que o Estado não é o lugar do público - mas uma esfera que pode ter maior ou menor amplitude, ser mais ou menos plural, representar ou não a diversidade, possibilitar de forma mais ou menos intensa o trânsito de essências próprio da política.

Esta abordagem parte da recusa de modelos prontos para a transformação. Aponta, entretanto, concretamente, para um conjunto de instituições e relações que dependerá do rumo, do ritmo e do alcance das instituições que se conseguir implantar. Dependerá do *consenso entre diferentes* que se conseguir estabelecer, como manifestação de uma direção coletiva sobre os assuntos de interesse comum, o que é alternativa à busca da vitória total de uma única vontade.

Sem ser um *modelo fechado*, esta proposta de programa não é apropriada para a mera recitação por pessoas estupidificadas, preparadas apenas para reproduzir *slogans* e palavras de ordem. Este programa aponta para a necessidade de indivíduos com o tipo humano exigido pela

sociedade inteligente, isto é, habilitados para pensar, resolver problemas, assumir responsabilidades dirigentes.

A esfera pública que se quer constituir com esta proposta de programa é a que atribui ao indivíduo a condição de protagonista dos gestos da consciência, é a que possibilita o trânsito das particularidades para o universal.

O Estado moderno pretendeu encarnar a universalidade, ser a mais acabada representação do público e ser o lugar do público. Com esta mistificação, opera-se a usurpação da universalidade. Caracterizemos um situação típica de um Estado contemporâneo, que bem poderia ser o brasileiro: pensa a si próprio com a lógica de estamento; está indefeso diante da ação predatória de um ministro ou de um partido cujos integrantes ocupam cargos; não tem anticorpos para se defender do seu uso pela elite econômica; está atravessado por práticas cartoriais, corporativas e patrimonialistas. Mas, apesar disto tudo, continua se apresentando como a única representação formal do interesse público. E este formalismo impede o Estado de realizar adequadamente suas funções de agência qualificadora e reguladora das práticas e relações sociais. Este formalismo só será rompido se o Estado for despido da sua aparente onisciência e impenetrabilidade e for tratado pela sociedade como parte, como agência que tem um papel a cumprir, com definições surgidas nas relações dinâmicas e capazes de assegurar uma representação real da sociedade, de modo a que o consenso se transforme em critério para a ação.

A estratégia do controle, orientada por finalidades humanas, visa estabelecer diques de contenção da espontaneidade e da lógica do mercado, visa enfrentar a excedência dos meios e a perda da capacidade de orientá-los. Enfrenta o desafio do convívio com a mercadoria. E visa, sobretudo, desbloquear a política e afirmar o primado das finalidades humanas, ainda que convivendo no quadro de relações e práticas que, permanentemente, teimam em fugir ao controle humano.

Objetivos Estratégicos

1. Superação do formalismo normativo com a valorização da participação de instituições representativas da sociedade civil que dêem curso a novas relações com o Estado, isto é, menos texto legal e mais instituições capazes de responder com legitimidade e presteza à dinâmica dos fatos da contemporaneidade, pactuando e repactuando acordos, acompanhando e assimilando a evolução destes fatos.
2. Implementação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição e regulamentado pela Lei 8.389/91.
3. Atualização e consolidação da legislação de telecomunicações e comunicação.

EIXO 3

REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO

**REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO NA ÁREA DA
COMUNICAÇÃO: SUPERAÇÃO DA ESPONTANEIDADE DAS
RELAÇÕES MERCANTIS COM A INTRODUÇÃO DE OBJETIVOS
E METAS ORIENTADAS PELO INTERESSE PÚBLICO**

Enfoque do problema

A modernidade, no Brasil, já se realizou do jeito que é possível, com todas as suas limitações. O resultado é uma sociedade civil inorgânica e corporativa. É um Estado com limitada capacidade de representação, dominado por estamentos, submissos a interesses particulares e que tem nas práticas cartoriais e patrimonialistas o seu grande atrativo, os seus mais eficientes instrumentos de barganha. O resultado é um setor privado também viciado em práticas cartoriais, igualmente corporativo e avesso ao risco, vicejando à sombra de um Estado paternal que o libera da competição e dos riscos. Em síntese, destacamos que patrimonialismo, corporativismo, cartorialismo, entre outras deformações perversas, não são características típicas e exclusivas de um ou outro setor. São traços profundamente enraizados na vida e nos negócios públicos do país, tanto do Estado, como do setor privado e da sociedade civil.

Modernidade, hoje, é estupidamente associada pelos neo-liberais a desmonte do Estado, o que revela, no mínimo, uma negligência em relação ao papel cumprido pelo Estado na Era Moderna, talvez a sua grande invenção institucional. Na verdade, estes defendem o desmonte dos Estados e a estratégia de destruição dos Estados-nação, capitulando à imposição das políticas de megabloco que surgem como pano de fundo da ação, em escala planetária, das grandes corporações.

O setor privado que, no Brasil, faz coro com o neo-liberalismo, denuncia-se na estreiteza do seu projeto ao desprezar uma avaliação do sentido estratégico das privatizações e ao valorizar os traços mais utilitários e mesquinhos desta proposta, especialmente a possibilidade de devorar patrimônio público através da privatização de empresas estatais através de moeda podre e imensas vantagens. Muitos destes "privatistas" - entre os quais diversos que foram artífices do "estatismo" brasileiro - demonstram desatenção aos projetos estratégicos em disputa pois não defendem uma real integração com mercados mundiais, o que pressupõe qualidade, condições de competição, aprimoramento dos processos de trabalho e melhor remuneração da mão de obra, entre outros requisitos. Ao contrário, na hora em que deveriam mostrar capacidade de competir e enfrentar riscos, recorrem às velhas reivindicações de restrição a importações, redução de impostos, concessão de subsídios e favores, etc.

Evidentemente o Estado brasileiro necessita uma profunda reestruturação. Mas o mesmo precisa se obter do setor privado - o próprio empresariado vem admitindo a necessidade de uma *reengenharia* das empresas - e da sociedade civil. É preciso, por outro lado, desfazer o abismo entre sociedade civil e sociedade política, inclusive, gerado por *conveniências* das duas partes. É preciso reconhecer que o puro e simples desmonte do Estado corresponde ao suicídio de algumas das melhores possibilidades geradas pela humanidade em séculos de desenvolvimento da civilização.

No Brasil, a modernidade teve no Estado o maior fator de impulso à economia e geração de impulso civilizatório. Destruir o Estado é destruir o elemento mais dinâmico da sociedade brasileira que a levou, neste século, às ondas de modernização de 30/50 e de 60/70. É negar a ocorrência de verdadeiras revoluções, nestes períodos, ainda que sob a égide conservadora, que mudaram a face do país e o reposicionaram no sistema internacional. Foi o empenho do Estado - articulando as forças sociais - que produziu a infra-estrutura que faz do país a oitava economia do planeta.

Há que se reconhecer a capacidade dos atuais conspiradores contra o Estado. Estes senhores, aparentemente assépticos, levaram o projeto de destruição do Estado muito longe mais do que décadas de empenho da esquerda, com sua luta romântica e até certo ponto ingênua. Propagando teses verdadeiramente subversivas, os neo-liberais conseguiram empolgar importantes segmentos e obter expressiva adesão de massa. É verdade que estes têm inúmeras vantagens em relação à esquerda: livre acesso aos meios de comunicação de massa (em boa parte, são

ADU1 FACA
24
RABZU 500

seus próprios donos), não são tidos como "alienígenas" ou "traidores da pátria", não são seguidos pela polícia política, não têm seus telefones grampeados e nem têm suas vidas privadas sujeitas a devassas. Ao contrário, estes indivíduos que são tidos como os "motores da nação", em defesa da espontaneidade do mercado, avançam solapando as bases em cima das quais se construiu este país. E o fazem atacando esta agência da sociedade - o Estado - que cumpriu o papel que, no Brasil, os empresários não conseguiram ou não se dispuseram a cumprir: o de verdadeiro promotor do desenvolvimento.

Ao invés de conspirar para destruir o Estado - esta tarefa que, por muito tempo, a esquerda se atribuiu e que agora também vem sendo reivindicada pelos setores conservadores - é preciso agir para recolocar, efetivamente, o Estado a serviço da construção de uma esfera pública plural e de um projeto de desenvolvimento. E isto se conseguirá estabelecendo-se uma capacidade de direção coletiva sobre o Estado, e de uma partilha de responsabilidades deste com uma representação ampliado setor privado e dos setores organizados da sociedade, capaz de assegurar, com legitimidade, o aproveitamento de toda a potencialidade desta imensa força material sem dispersar recursos e esforços.

Partilhar responsabilidades de direção dos assuntos públicos, "desestatizar" o controle exclusivo do Estado em determinadas áreas, abrindo-o para a sociedade, colocando-o verdadeiramente a serviço do interesse público e levando-o a exercer com legitimidade sua capacidade de qualificar e regular as relações e práticas sociais. Estas são tarefas cruciais na redefinição das relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil.

Na área da comunicação temos um mercado que, na verdade, é uma enorme deformação corporativa e cartorial, com empreendimentos que estão alicerçados não só em concessões e permissões, mas dependem de favores do Estado ou da sua renúncia ao exercício da representação do interesse público. Não cabe aqui repisar esta análise, sobejamente conhecida, que evidencia a orgia de benefícios, concessões, irregularidades, corrupção e descompromisso com o interesse público que se facultou a determinados grupos privados. Tampouco cabe aqui uma atitude revanchista e destrutiva. Esta é a nossa realidade: o que o país conseguiu produzir até agora, de bom e de ruim, na área da comunicação, foram os sistemas que aí estão. E a responsabilização, pelas mazelas verificadas, não pode ser atribuída, exclusivamente, ao setor privado ou ao Estado. Ambos têm sua parcela de responsabilidade e também a sociedade civil é conivente com o que aí está instalado, mesclando traços perversos, em alguns casos, com alta qualidade, em outros.

A tarefa de estruturação do mercado, na área da comunicação, só adquire sentido se superar os marcos do moderno. Ir além do moderno é ter um novo projeto para o país, na perspectiva de defrontar-se com os desafios da contemporaneidade.

Transformações desta natureza, além de uma nova atitude da sociedade civil e um reposicionamento do setor privado, exigem, igualmente, uma mudança de mentalidade no interior do próprio Estado. Já não basta uma modernização conservadora. A aceleração do ciclo da práxis e a gama de novas determinações e condicionamentos próprios da contemporaneidade, exige um novo ímpeto civilizatório que terá de vir sob a forma de *transformações revolucionárias*.

A reestruturação do mercado de comunicação deverá se defrontar com aquilo que a sociedade se omitiu de fazer, até agora: definir claramente o papel social dos sistemas de comunicação. O projeto de reestruturação do mercado de comunicação no Brasil tem objetivos econômicos e tecnológicos. Mas será presidido, antes de tudo, pelo objetivo de tomar *todos* os sistemas de comunicação de massa crescentemente permeados por uma esfera pública democrática e pluralista. Não se quer, portanto, um sistema *público* em distinção a sistemas estatais e privados. Todos os sistemas devem ser progressivamente sujeitos a uma *lógica do público*. Isto é, permeados por relações que permitam o exercício da política (o trânsito de essências), que facultem o exercício multilateral do controle (indireto) das parte envolvidas e que possibilite o trânsito das particularidades para a universalidade. As relações constitutivas do *público*, ao contrário do

que possa parecer, não são "angelicais": são a expressão do conflito, das disputas, da aferição permanente da correlação de forças, enfim, é o que permite que os acordos e pactos correspondam efetivamente ao estágio atual da distribuição do poder na sociedade. Tais noções podem causar desconforto psicológico a muitos, mas são uma alternativa concreta às instituições dominantes no Brasil e próprias da era moderna, com seu formalismo, lerdeza, autoritarismo, estreiteza e dotadas de pouca legitimidade.

Na implantação das novas tecnologias de comunicação (MMDS, DBS, TV por Assinatura, TV a Cabo, etc.) no Brasil, a lentidão e a omissão do Congresso Nacional, o aqodamento autoritário e comprometido com interesses particulares do Executivo, a voracidade do setor privado, a dificuldade de compreensão da sociedade sobre o tema, tudo isto mostra instituições desaparelhadas e incapacitadas para aliar atitudes e práticas democráticas com a velocidade e o dinamismo que os fatos sociais exigem, sob pena do país paralisar-se nesta área.

Numa esfera pública que tenha a diversidade efetivamente representada e desbloqueados os canais da política, podemos conferir legitimidade à ação do Estado, inclusive na sua eventual ação coercitiva que estará balisada não em decisão arbitrária ou em um formalismo normativo, mas atuará para fazer valer o consenso democraticamente estabelecido.

Deste modo, mesmo reconhecendo que o dinamismo dos sistemas terá que ser alicerçado no setor privado, o grande objetivo ^{→ CUIDADO 1970 e Privado} é torná-los todos públicos, na medida em que se aumente, progressivamente, a ascendência do público sobre o privado e a atuação dos sistemas de comunicação possa ser pensada globalmente, com o equacionamento das responsabilidades dos sistemas de comunicação na determinação da cultura nacional, na construção da unicidade do país e da integração entre as suas regiões, na formação democrática da vontade nacional; com a compreensão da necessidade de uma integração com os mercados internacionais, o que não quer dizer submissão, nem abdicar da luta pela autonomia estratégica do país e do sentido de nacionalidade.

Enfim, estruturar o mercado de comunicação implica em superar a já referida ilegitimidade dos atuais sistemas - que, obviamente, não é menor do que qualquer ilegitimidade que se possa atribuir ao Estado - e torná-los, pelo menos tendencialmente, parceiros da sociedade na construção da democracia, da cidadania e da nacionalidade. Isto significa cumprir uma tarefa central de estruturação de relações baseadas no pluralismo, isto é, na diversidade representada, com as partes se reconhecendo enquanto tal. Esta é a forma mais apropriada para orientar a atuação de meios capazes de estabelecer, nas sociedades contemporâneas, a um só tempo, determinações culturais, políticas e econômicas. Não subestimemos a dimensão da tarefa. Insistimos que a estruturação do mercado de comunicação, contemporaneamente, é *premissa* para a estruturação, em diversos sentidos, das relações políticas e econômicas no país. Isto é, temos de constituir, com os sistemas de comunicação sob *controle público* as bases de uma nova cultura e deflagrar um novo processo civilizatório no país.

Objetivos Estratégicos

1. Planejamento do desenvolvimento do mercado nacional e internacional para a produção de comunicação do Brasil, orientado por objetivos culturais, políticos, econômicos e geo-estratégicos.
2. Impulso ao desbloqueio dos meios de distribuição da produção de comunicação em todas as modalidades de mídia, favorecendo a concorrência comercial e a pluralidade de expressão.
3. Disseminação de meios de produção e tecnologia de televisão, vídeo e multimídia.
4. Superação da distância entre a atual produção alternativa e o mercado, criando condições para sua viabilização econômica e qualificação técnica, também favorecendo a pluralidade de expressão.

5. Criação de um mercado nacional massivo para a produção de cinema, vídeo e multimídia, com o impulso da desconcentração da produção a criação de pólos regionais voltados para o abastecimento do mercado nacional e internacional.

5. Esforço especial de revalorização de segmentos da mídia em conformidade com objetivos de interesse público.

EIXO 4

DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DO PAÍS

ORIENTAÇÃO DOS MCM NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DO PAÍS E DA AUTONOMIA INTELLECTUAL DOS INDIVÍDUOS, COMO AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA DA NAÇÃO E RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA

Enfoque do problema

Na discriminação dos eixos de planejamento estratégico do programa aqui apresentado, destacamos diversos aspectos, separados artificialmente pelo método de exposição adotado mas com conexão entre si. Na seqüência montada, este quarto eixo é consequência lógica dos anteriores: capacita-se a sociedade, busca-se novas relações, reestrutura-se o mercado, tudo isto para se alcançar um sentido e uma linha de conteúdo na construção da cultura do país.

Há uma grande questão em aberto, que o esforço para elaborar um programa setorial não tem como resolver: quais são as condições de potência que devem ser desenvolvidos por uma nação emergente, como o Brasil, que é o país, no mundo, segundo diversos analistas, que tem as maiores condições de ascender à condição de país pólo, no atual contexto do sistema internacional?

Estamos trabalhando com a idéia de que, para os fins de planejamento de uma estratégia nacional, *autonomia intelectual* dos indivíduos é o núcleo central da cidadania. Estamos referindo *autonomia intelectual* no sentido concebido por Adelmo Genro Filho, como capacidade dos indivíduos se posicionarem sobre as questões fundamentais e as grandes correntes do pensamento humano, tendo a possibilidade de fazer com que sua relação com o mundo possa se desdobrar, conscientemente, numa ação crítico-prático-transformadora.

Seria utopia de uma nova Razão esperar que todos os indivíduos alcancem plenamente *autonomia intelectual*. Mas as condições para que se constituam indivíduos assim deve ser estendida a todos. O que se pretende é que cada indivíduo adquira o maior grau possível de *autonomia intelectual*. Podemos esperar deste processo a criação de indivíduos críticos, em escala de milhões, com algum grau de *autonomia intelectual*, capazes, por exemplo, de reconhecer a diversidade de esferas da realidade e hierarquizá-las de acordo com uma concepção do mundo, capaz de se propôr objetivos na existência privada e pública, num exercício de individualidade e cidadania.

Para produzir indivíduos críticos em escala de milhões necessitamos recorrer à televisão e ao vídeo. A lógica de ser da televisão e do vídeo, com sua vocação de poderosa imitação da rea-

lidade, na medida em que for sujeita a um senso crítico dos indivíduos, poderá favorecer uma atitude crítica dos indivíduos em relação à realidade.

A hipertrofia da importância da televisão no Brasil parece ter coerência com um traço cultural do país que é o de ter, amplamente disseminado, um falso senso crítico exacerbado, um criticismo mordaz, corrosivo, destrutivo e que, por isso, é dissolvente em relação ao objeto criticado. Trata-se de uma pseudo-crítica que não lida com uma dialética de destruição e construção, perdendo sua radicalidade em função da negatividade que aponta para o vazio e não para alternativas e possibilidades. É a crítica que se alicerça no deboche, na superficialidade, em síntese, no irracionalismo que faz com que se discuta os problemas políticos ou econômicos do país com a mesma futilidade, ingenuidade e irresponsabilidade com que se discute a escalação da seleção brasileira. É a crítica que acaba na indefectível conclusão de que "eles" estão "fazendo tudo errado".

Este traço cultural do país, que nos transforma talvez no povo campeão mundial de "baixa auto-estima", provavelmente é o responsável pelo sucesso da massiva campanha que os meios de comunicação tem movido contra as instituições no Brasil. Foi deposto pela via constitucional um Presidente da República corrupto, faz-se uma operação de limpeza no Congresso Nacional, irmana-se o país de forma sem precedentes como na campanha nacional liderada pelo sociólogo Betinho Henfil mas, ainda assim, para o senso comum, "nada presta neste país" e está "tudo igual". Sem dúvida o "impressionismo" explorado pelos meios de comunicação está reduzindo drasticamente a capacidade de percepção que os indivíduos tem da realidade, em especial da política, a meros signos e imagens que ornamentam e dão impressão de vitalidade a discursos vazios e manipulatórios. A "estetização" da política e da realidade, operada principalmente pela televisão, está dissolvendo a capacidade crítica dos indivíduos através deste tipo de prática que, aliás, foi fundada pelo nazismo.

Defendemos o uso da televisão e do vídeo como germe do desenvolvimento da capacidade crítica. Para isso, é necessário que existam instituições especializadas para a produção de referências no debate estético da produção da televisão e do vídeo. Impulsionando os indivíduos para a crítica da programação que esta tão presente no cotidiano de dezenas de milhões, queremos estabelecer um nexos crítico dos indivíduos com a realidade, estimulando a percepção da dimensão dinâmica desta realidade e a compreensão de que, diante dela, é possível cumprir um papel de sujeito prático-transformador.

Sem dúvida, há um imenso potencial revolucionário contido na categoria da estética e na possibilidade de proporcionar uma apropriação do mundo de forma não convencional e não racional, produzindo a sensação de ter vivido outras vidas, outras experiências. A produção de obras que favoreçam a autoconsciência humana exige não apenas produção de qualidades, mas a criação de um contexto em que se dissemine e se estimule o exercício da crítica. Para isto, os indivíduos devem ser capacitados. Isto exige um esforço dos indivíduos, mas também um empenho da sociedade e do Estado, valorizando uma dimensão da existência que é crucial para o desenvolvimento da *autonomia intelectual* e da cidadania.

Estamos num país em que a convocação para a cidadania ainda não alcança dezenas de milhões de brasileiros. E, além disso, estamos num país em que os meios de comunicação, através da veiculação de uma cultura dissolvente e desagregadora, destroem a auto-estima dos brasileiros como cidadãos, cumprindo um vergonhoso e inaceitável papel anti-nacional. Esta atuação, é preciso reconhecer, é predominante nos meios de comunicação de massa, e está levando a que os indivíduos renunciem não só a qualquer racionalidade, mas à própria cidadania. É por isso que ressaltamos que um programa para a área da comunicação no Brasil tem na disseminação da capacitação crítica dos indivíduos um dos pilares da construção da soberania nacional e da própria nacionalidade. A soberania nacional começa a ser exercida pela capacidade de pensar dos cidadãos, prossegue com a constituição da densidade orgânica e hegemônica e culmina com as condições de potência para o país se projetar no Sistema Internacional.

Afirmamos, nesta proposta de programa, o papel crescente da subjetividade no ciclo da práxis. Com isso apontamos para novas modalidades de potência que devem ser perseguidas, em conformidade com a contemporaneidade. A constituição de potência que aqui estamos defendendo tem um traço distinto da efetuada pelos países centrais. Nossa opção aponta para o desenvolvimento de alguns traços sutis, que não justificariam uma agressão direta ou a deflagração, contra o Brasil, de uma guerra subterrânea em larga escala. Mas são alguns traços radicais e profundos que podem nos habilitar, no futuro e num contexto diferente da unipolaridade hoje existente, a competir com os países pólo, a partir de da qualidade da nossa organização social. Está demonstrado, historicamente, que potência econômica ou militar não suficientes para assegurar supremacia e podem ser sobrepujados por capacidade hegemônica. Obviamente, esta aspiração a um importante papel no Sistema Internacional não prescinde de desenvolvimento econômico, meios de defesa e dissuasão e capacidade de projeção de potência.

Através da história, constatamos que a capacidade de projeção no Sistema Internacional exige a afirmação de aspectos materiais da constituição de potência (capacidade econômica, recursos naturais, meios militares, etc.) combinados com fatores espirituais (filosofia, valores, idéias, concepções religiosas, arte, instituições políticas) o que, com o crescente grau de subjetivação da práxis, vem aumentando de importância. Nesta dimensão da subjetividade humana, que confere qualidade à potência, parece pesar cada vez mais importantes os fatores *inteligência* e comunicação.

Do modo como relacionamos qualidade da potência com a possibilidade de êxito da atividade política, podemos concluir que o conteúdo da cultura e do processo civilizatório que se quer constituir é algo que precisa ser perseguido por uma opção consciente e democrática. Para não se tornar uma formulação arbitrária ou autoritária, esta opção deve ser resultante de um processo politizado, com a busca de bases de consenso e de constituição de densidade orgânica e hegemônica. Acreditamos que o conteúdo da cultura que pretendemos constituir dependerá do grau de universalidade que, efetivamente, se conseguir encarnar no país. Tanto no que diz respeito à síntese obtida das particularidades que integram a nação, como no que se refere ao papel que o país se dispõe a cumprir no mundo.

Acreditamos que esta é uma base não chauvinista e não irracionalista para se constituir um projeto para o país. No caso, por exemplo, pretendemos o desenvolvimento do Brasil não apenas como expressão dos interesses particulares de um conglomerado humano, mas de cumprimento de um papel no mundo como, por exemplo, a luta pela constituição de um mundo equilibrado por uma multipolaridade, ao contrário da unipolaridade hoje verificada. Podemos fazer isto pela força do exemplo de uma nova esfera pública. A missão civilizatória que podemos e devemos cumprir se desdobra em tarefas no plano interno, mas também se projeta sobre o plano externo. Ou seja, a resposta que damos à relação entre as particularidades que integram nossa nação pode ser algo que vá além de afirmar uma particularidade nacional no mundo e se torne uma contribuição à humanidade. Pretender menos do que isso é esvaziar nossas melhores possibilidades.

Pensar globalmente um projeto para o país, contemporaneamente, exige o desenvolvimento de uma diversidade de elementos de potência, entre os quais identificamos a qualidade das relações políticas que desenvolvem no país e a vitalidade da sua cultura e do exercício da sua cidadania.

É nesta tensão entre o universal e o particular que se legitima, filosófica e politicamente, o sentido da nacionalidade. Isto implica, em primeiro lugar, no combate ao mero ao apelo retórico à universalidade para justificar a exacerbação de particularismos. Existe uma hierarquia lógica no mundo que deve ser reconhecida. Sem isto, não se pode assegurar a vitalidade das características comuns dos segmentos que integram uma sociedade e que estabelecem uma unidade essencial, mesmo no seio de diferenças.

Em segundo lugar, é necessário enfrentar a idéia cristalizada de nacional, que geralmente atribui ao Estado a encarnação do conceito, sendo legítimo apenas o que está contido no Estado e o que não está contido é tratado como alienígena e ameaçador. Este é o biombo da usurpação da universalidade, na medida em que se considera o Estado como representante único e exclusivo da universalidade, o que autoriza a atribuição, discricionariamente, de ilegitimidade a determinadas particularidades.

É preciso reconhecer que não existe universalidade dada *a priori*. Particular e universal são construções humanas a partir de um critério de abrangência. Também o nacional é construção humana. Precisamos perceber essa dupla noção da idéia de nação: particular, em relação às demais nações, e universal em relação aos diversos segmentos que a compõem.

A construção do nacional parte de uma tradição, de fatos em comuns, alguns até acidentais, mas é uma dialética viva, que tende a se produzir, espontaneamente, principalmente por exclusão: por exemplo, somos brasileiros, por exemplo, porque não somos argentinos. É preciso, também, constituir a afirmação positiva de determinados aspectos. Por exemplo, somos brasileiros porque estamos construindo, neste país, uma nova institucionalidade, porque alcançamos uma nova relação entre o Estado e a sociedade, porque estamos desenvolvendo uma *sociedade inteligente*. Em síntese: somos brasileiros, acima de tudo, porque *queremos ser brasileiros*. De fato, há um grande grau de artificialidade nesta construção. Mas isto é algo que a contemporaneidade suscita com o gigantismo e o elevadíssimo grau de artificialidade dos meios criados pelo homem nessa época. Esta dinâmica da contemporaneidade também recomenda a integração permanente da nossa bagagem cultural, do nosso acúmulo, com o que se desenvolve no mundo. Esta dinâmica de integração, diálogo e contraposição crítica com o internacional é, também, um modo de nos construirmos.

Porém, é preciso ressaltar que não há um automatismo benigno na difusão da cultura. A integração e o diálogo da cultura nacional com o que é produzido pelo gênero humano precisa de uma apropriação artificial, através de mediações, feitas pela crítica, através do crivo de padrões culturais do país e de elaboração de respostas nacionais.

Na contemporaneidade, as nações que não se preocuparem com o desenvolvimento desta capacidade, num mundo de comunicações sem fronteiras, sucumbirão diante de outras nações ou, simplesmente se desagregarão no ritmo da exacerbação das particularidades do tribalismo. O país não pode renegar a contribuição da cultura universal e com esta deve dialogar, sem apriorismos, mas não pode se dispor a uma assimilação automática. O Brasil tem que fazer opções, tem que desenvolver seus critérios e suas formas próprias de equacionamento.

É neste sentido que as idéias de *controle público*, *nova esfera pública* e *público*, correspondem, no campo da política, a uma tradução das idéias que aqui defendemos de nação. A necessidade de uma direção coletiva dos negócios públicos, de uma diversidade representada e de uma partilha de responsabilidades entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, que fundamentam as noções de *controle público* e de *consenso entre diferentes*, correspondem à uma idéia de afirmação da soberania nacional e de construção de potência para o país.

A capacidade de produção de consenso que conseguir desenvolver internamente, produzindo uma síntese da pluralidade e da diversidade deste todo que é o Brasil, será uma medida importante das possibilidades de nos afirmarmos como nação e projetarmos nosso lugar no mundo. Essa orientação, em larga medida, é um produto artificial da consciência, é expressão de uma vontade construída e deve ser fundamento de uma nova cultura. E é isto que justifica sua inclusão num programa global para a área da comunicação no Brasil.

Objetivos Estratégicos

1. Orientação do papel cultural dos MCM com vistas à emancipação intelectual dos indivíduos